

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.852.690 - PE (2019/0368138-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**  
**RECORRIDO : MINA GRANDE AGROINDUSTRIAL LTDA**  
**ADVOGADO : CARLOS EDUARDO TAVARES DE MELO - PE017379**  
**INTERES. : UNIÃO**

**DESPACHO**

O art. 9º, § 1º, inciso XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça dispõe:

Art. 9º A competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

§ 1º À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a:

[...]

XIV - direito público em geral;

[...].

Na espécie, o recurso especial interposto pela FUNAI discute a legalidade da reintegração de posse concedida judicialmente à Mina Grande Agroindustrial Ltda, para reintegrá-la na posse plena do imóvel "Fazenda Serra D'água", o qual teria sido invadido, de forma violenta e ilegal, por indígenas da Tribo Kapinawá, condenando os réus ao pagamento das despesas processuais (honorários periciais) e dos honorários advocatícios fixados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O acórdão recorrido está assim ementado (fls. 404-405, e-STJ):

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PRELIMINARES. CERCEAMENTO DE DEFESA. PERÍCIA ANTROPOLÓGICA. INEPICIA DA INICIAL. LOCALIZAÇÃO E PROPRIEDADE DO IMÓVEL. NATUREZA DUPLA DA AÇÃO POSSESSÓRIA. PROPRIEDADE PRIVADA. DIVISA COM ÁREA INDÍGENA DEMARCADA. PERÍCIA JUDICIAL TOPOGRÁFICA. ESBULHO COMPROVADO. REMESSA OFICIAL E APELAÇÕES NÃO PROVIDAS.

1. Remessa oficial e apelações da FUNAI e da União contra a sentença que, em ação de reintegração de posse, deu parcial provimento à pretensão formulada pela empresa Mina Grande Agroindustrial Ltda para reintegrá-la na posse plena do imóvel "Fazenda Serra D'água", o qual teria sido invadido, de forma violenta

e ilegal, por indígenas da Tribo Kapinawá, condenando os réus em honorários periciais e honorários advocatícios fixados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

2. Afastada a preliminar de cerceamento de defesa por ausência de perícia antropológica, tendo em vista já ter havido a demarcação da área tradicionalmente ocupada pela Tribo Kapinawá, no Município de Buíque-PE, bem como ter sido realizada perícia judicial topográfica por Engenheiro Agrônomo, a qual concluiu que o imóvel encontra-se completamente fora da atual área indígena demarcada por Decreto Presidencial.

3. Desacolhida a alegação de inépcia da inicial por ausência de delimitação com precisão da área do imóvel invadido, por haver nos autos prova da localização e propriedade do imóvel, seja pelos documentos anexados pela autora (como certidão do cartório e comunicação à FUNAI sobre o esbulho), seja pela perícia judicial delimitando a localização do bem e da área indígena demarcada.

4. Não há que se falar em sentença citra petita, já que o pedido de proteção possessória em favor do grupo indígena restou prejudicado por ter a sentença julgado procedente a pretensão de reintegração de posse por parte da autora.

5. Restou comprovado nos autos, mormente pela prova pericial, que a Fazenda Serra D'água está completamente fora da "Área Indígena Kapinawá" (demarcada por Decreto Presidencial), apenas fazendo divisa com esta; o que restou inclusive confirmado pela informação da existência de um pedido administrativo de ampliação da atual área indígena para incluir parte do imóvel da autora.

6. A Tribo Kapinawá, originária de Buíque-PE, possui uma área demarcada administrativamente para sua ocupação que faz divisa com o imóvel em tela, de propriedade da Mina Grande Agroindustrial Ltda, e com o imóvel de propriedade do Sr.

Eduardo Henrique de Oliveira e. Silva, que ajuizou ação de reintegração de posse semelhante (Processo 0000306-35.2013.4.05.8310) em razão dos mesmos fatos (invasão de seu bem por parte da referida comunidade indígena), a qual já foi julgada por este egrégio Tribunal (também mantendo a sentença de primeira instância no sentido da procedência da ação de reintegração de posse aos proprietários). Precedente:

TRF5, APELREEX 00003063520134058310, Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira, Quarta Turma, DJE: 0210712015.

7. Inquestionável é o esbulho possessório a garantir à demandante a reintegração do imóvel pretendido, devendo ser mantida a sentença

em todos os seus termos.

8. Remessa oficial e apelações não providas.

Assim, não persiste dúvida em âmbito interno, de que a matéria se insere na competência das Turmas integrantes da Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSOS ESPECIAIS SUBMETIDOS AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. FAZENDA OCUPADA POR MEMBROS DA COMUNIDADE GUARANI ÑANDEVA. ATO PRATICADO PELOS INDÍGENAS POR SUA PRÓPRIA CONTA. PROCESSO DEMARCATÓRIO AINDA EM ANDAMENTO. ESBULHO CONFIGURADO. MULTA DIÁRIA IMPOSTA À FUNAI EM CASO DE NOVA INVASÃO. AFASTAMENTO.

1. Os presentes recursos especiais decorrem de ação de reintegração de posse ajuizada por Flávio Páscoa Teles de Menezes em face do Cacique Mãmãgá (Comunidade Indígena Guarani Ñandeva - Terra Indígena Porto Lindo), da Fundação Nacional do Índio e da União, em razão da ocupação de indígenas na propriedade rural denominada "Fazenda Remanso Guaçu".

2. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a procedência do pedido de reintegração de posse, pois, "[n]a ausência de procedimento demarcatório, deve prevalecer a situação fática em vigor"; e, "[c]omo o autor está na posse da fazenda desde 1977 e os índios invadiram a propriedade por conta própria, ou seja, sem elementos administrativos que mostrem uma ocupação contemporânea a outubro de 1988 ou neutralizada historicamente por esbulho renitente (STF, Pet 3388, Relator Carlos Britto, Tribunal Pleno, DJ 19/03/2009), a reintegração é a única solução possível".

3. Não há falar na ofensa ao art. 535 do CPC/1973 arguida nos recursos especiais da FUNAI, da União e do Ministério Público Federal. Isso porque a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente ao consignar que a preliminar de nulidade da sentença por violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório é absorvida pela resolução do mérito, que vai enquadrar a demarcação como atividade tipicamente administrativa; e, na ausência de procedimento demarcatório, deve prevalecer a situação fática em vigor, pois o autor da demanda está de posse da fazenda desde 1977 e os índios invadiram a propriedade por conta própria.

4. Sem razão a FUNAI e o MPF no que importa à produção de laudo antropológico, pois a demanda de que decorrem seus recursos especiais é de natureza possessória e foi ajuizada pelo proprietário de fazenda ocupada por indivíduos do grupo indígena Guarani-Ñandeva, que agiram por sua própria conta - fato sobre o qual não há controvérsia nos autos. Admitida a produção de laudo antropológico, abrir-se-ia a possibilidade de reconhecimento da legalidade da invasão perpetrada em sede de ação possessória proposta por não índio, melhor dizendo, da possibilidade de aceitação da prática de justiça de mão própria pelos indígenas, o que afrontaria o ordenamento jurídico sob diversos ângulos. 5. Como a presente demanda decorre de pedido de reintegração de posse apresentado pelo proprietário de fazenda ocupada por indígenas que agiram por contra própria, mostra-se inadequada a discussão acerca da tradicionalidade da ocupação indígena, sob pena de admitir a possibilidade de justiça de mão própria pelos interessados, conforme demonstrado acima.

Desprovimento, no ponto, dos recursos especiais da FUNAI, da União e do MPF.

6. Sem razão o particular quando defende o restabelecimento da condenação da FUNAI ao ressarcimento pelos danos decorrentes do abatimento de animais ocorrido nessa ocupação. Conforme bem lançado nas contrarrazões da FUNAI, a tutela de natureza orfanológica prevista no Estatuto do Índio não foi recepcionado pela atual ordem constitucional, por isso a fundação não possui ingerência sobre as atitudes dos indígenas que, como todo cidadão, possuem autodeterminação e livre arbítrio, sendo despida de fundamento jurídico a decisão judicial que impõe ao ente federal a responsabilidade objetiva pelos atos ilícitos praticados por aqueles.

7. Com razão a FUNAI quando defende o afastamento da multa diária que lhe foi imposta, em caso de nova invasão. Ora, se a recorrente não responde pelos danos materiais decorrentes da ocupação irregular ocorrida no caso concreto, logicamente não subsiste fundamento legal para que tenha que responder por multa diária em caso de nova invasão, que pressupõe descumprimento de obrigação de não fazer por parte da comunidade indígena. 8. Quando pede a redução da verba honorária imposta aos demandados no caso concreto, a FUNAI parte do equivocado pressuposto de que os honorários fixados na sentença foram mantidos no acórdão recorrido - o que não aconteceu, pois reduzidos de R\$-10.000,00 (dez mil reais) para R\$-2.000,00 (dois mil reais). Incide o óbice da Súmula 284/STF,

# *Superior Tribunal de Justiça*

tendo em vista que a fundamentação recursal mostra-se dissociada do que efetivamente decidido no acórdão recorrido.

9. Recursos especiais da União, do Ministério Público Federal e de Flávio Páscoa Teles de Menezes desprovidos. Recurso especial da FUNAI conhecido em parte e, nessa extensão, provido em parte tão somente para afastar a multa diária que lhe foi imposta.

(REsp 1.650.730/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 27/08/2019).

Em face do exposto, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Processos Recursais, para redistribuição, nos termos do artigo 9º, *caput*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora